



Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

1201/2022

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da mesa, ao Diretor-Presidente da CEMIG, Sr. Reynaldo Passanezi Filho, pedido de informação sobre o projeto de desapropriação ao longo da linha da Cemig na Vila Santa Rita de Cássia, no Morro do Papagaio:

Sabe-se que a PBH por meio da Urbel realizou obras com o emprego de recursos públicos na região, com o objetivo de implementação de rede elétrica subterrânea.

Contudo, a rede subterrânea ainda não foi concretizada pela CEMIG.

Em audiência pública realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte “de acordo com o representante da Cemig, Ediberto da Silva, a rede subterrânea é viável e exigiria menos desapropriações. Neste caso, 140 casas seriam removidas. Já na hipótese da rede suspensa, o número de remoções sobe para 440, só no trecho da Vila Santa Rita.”

Já a Urbel informou que, “quem tiver a casa removida vai ganhar uma indenização em dinheiro ou um apartamento na própria região. Moradores que têm casas maiores questionaram sobre o tamanho do apartamento a que teriam direito. A Urbel explicou que os valores vão seguir um padrão rigoroso para que não haja injustiça.”¹

Sabe-se também que tramitam ações de desapropriações individuais ajuizadas pela Cemig, algumas recentemente ajuizadas. Apesar da Cemig negar que continua a notificar os moradores, senão vejamos:

A Cemig esclarece que não ingressou com qualquer ação de desapropriação. A instalação das citadas linhas de transmissão foi feita na década de 1960, em uma área então desocupada e antes da construção de qualquer moradia. A Companhia esclarece ainda que a construção de casas sob linhas de transmissão é irregular, pois traz riscos à segurança da população. Ao longo das últimas décadas, a Cemig notificou famílias que realizaram construção, ampliação ou reforma nessas áreas irregulares, comunicando-as dessa situação e alertando que seria solicitada reintegração de posse ao Poder

¹ Audiência no Morro do Papagaio discute desapropriação de imóveis | Portal CMBH

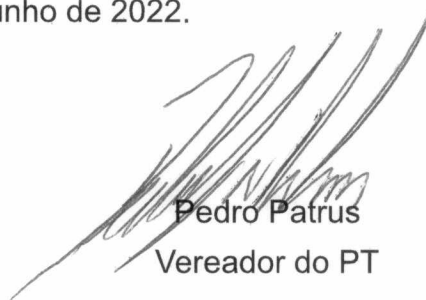
Judiciário. Não há ações judiciais contra 150 famílias ou sequer ação coletiva, tratando-se de ações individuais. No momento, não há qualquer mandado de reintegração de posse expedido pela justiça, portanto, não há previsão de retirada das referidas construções.²

Isto posto, solicito informações sobre:

1. Qual a previsão de implementação da Rede subterrânea?
2. Por que a Cemig não iniciou a transferência da rede elétrica?
3. Em reunião com moradores do local, a CEMIG alega que o município (PBH) não concluiu a parte que lhe cabia no projeto da rede subterrânea, esta por sua vez alega ter feito sua parte . Solicitamos o envio dos termos do acordo e projeto para transferência da rede?
4. Porque a CEMIG continuou notificando famílias e ainda ajuizando ações mesmo depois do convênio feito em 2014 onde ela se comprometeu a passar a rede subterrânea?
5. Existe estudo técnico para definir valores referente indenizações para as famílias afetadas?
6. Existe política de recolocação das famílias nessa situação em conjunto com o Poder Executivo?

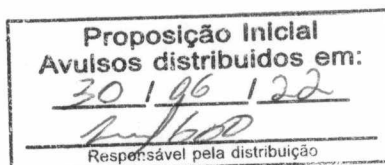
Por derradeiro, renovo votos de distinta consideração e efetivo apreço a Vossa Excelência.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2022.



Pedro Patrus
Vereador do PT

À Senhora Vereadora Bela Gonçalves
Presidente da Comissão Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor



²g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/05/17/cemig-esta-desapropriando-150-familias-em-curto-prazo-e-sem-indenizacao-denuncia-lideranca-do-morro-do-papagaio.ghtml



Requerimento de Comissão

REQUE **1203/2022**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da mesa, à Secretaria Municipal de Governo, pedido de informação sobre o projeto de desapropriação ao longo da linha da Cemig na Vila Santa Rita de Cássia, no Morro do Papagaio:

Sabe-se que a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) realizou obra no local acima informado em conjunto com a Cemig, com o objetivo de implementar rede elétrica subterrânea.

Isto posto, solicitamos:

1. Os projetos realizados pela PBH/URBEL para o local.
2. Em reunião com os moradores da região, em virtude de processo de desapropriação, a CEMIG diz que o município (prefeitura) não realizou a parte que lhe compete no projeto da rede subterrânea. Existe um acordo para execução da obra entre PBH e CEMIG? Solicitamos o envio dos termos acordados.
3. Qual o motivo da rede subterrânea não ter sido implementada ?
4. Qual era a obrigação da Cemig no Projeto?

CMBH_DIRLEG-01/jul/22-14:43:34-006667-1

5. O município por meio da Urbel realizou todas as obras do Projeto? Se não, o que ainda está pendente?
6. Partindo da premissa que a PBH realizou a obra apta a receber rede subterrânea, há dano ao erário, caso a CEMIG não utilize a rede construída?
7. O projeto Vila Viva visava solucionar o problema das famílias embaixo da rede elétrica da CEMIG, mas nenhuma dessas famílias foram beneficiadas. Porque?

Por derradeiro, renovo votos de distinta consideração e efetivo apreço a Vossa Excelência.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2022.



Pedro Patrus

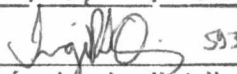
Vereador do PT

À Senhora Vereadora Bela Gonçalves

Presidente da Comissão Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

01 / 07 / 22



593

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

1204/2022

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, sejam encaminhados, por meio da Mesa, ofícios para encaminhamento de cópias do Relatório de Visita Técnica à Unidade de Acolhimento Transitório Adulto (UAT) aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 742/2022 para ciência dos destinatários adiante mencionados e tomada de providências:

- A Sra. Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos, Secretária Municipal de Saúde;
- O Sr. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo;

Belo Horizonte, 01 de julho de 2022.

ISABELLA GONCALVES
MIRANDA:08620238663

Assinado de forma digital por
ISABELLA GONCALVES
MIRANDA:08620238663
Dados: 2022.07.01 14:57:34
-03'00'

Vereadora Bella Gonçalves

A Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 01.07.2022
HORA 15:26:45



INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	01/07/2022 15:36:07 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Relatoria UAT.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	ff4e4d6e2d5c1aba03d951075bbd85bfee59bde010e1d8a0050d4da2da25a404

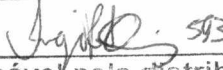
▼ Assinatura por CN=ISABELLA GONCALVES MIRANDA:***202386**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

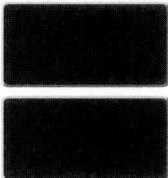
▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
01 / 07 / 22


Responsável pela distribuição



Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Relatório de Visita Técnica à Ocupação Dandara

Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

Requeiro à Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 48, do Regimento Interno, a votação do presente parecer na forma que segue abaixo.

1. Relatório

A visita técnica se originou do **Requerimento de Comissão nº 654/2022**, de autoria da vereadora Bella Gonçalves, devidamente aprovado na 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor realizada no dia 02/05/2022. Posteriormente foi aprovado na 14ª reunião Ordinária da mesma Comissão o **Requerimento de Comissão nº 744/2022** para que fosse adiada a visita técnica para o dia 07/06/2022. A finalidade central da visita foi averiguar as condições de vida na comunidade Dandara, em especial as condições da Rua das Flores, seus eventuais problemas de infraestrutura, nivelamentos, os riscos para os moradores e pessoas com deficiência, buscando soluções para sua melhoria. Para este fim, foram convidados os seguintes órgãos e instituições, por meio de seus representantes:

- Claudius Vinícius Leite Pereira, Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL);
- Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- Neusa Maria da Silva Oliveira Fonseca, Coordenadora de Atendimento da Regional Pampulha, PBH;
- Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura.

O ponto de encontro foi marcado na Padaria Dandara, localizada na Rua das Flores 202, cruzando-se com a Avenida Dandara, Trevo, Belo Horizonte, Minas Gerais (foto abaixo).



Imagem 1: participantes da visita técnica.

A visita ocorreu no dia 07 de junho de 2022, às 10:00hs, estando presentes a Vereadora Bella Gonçalves e sua respectiva assessoria, representando a Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH); Alice Calhau Guimarães, arquiteta e urbanista; Carolina Heller, engenheira, ambas da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL); Neusa Maria da Silva Oliveira Fonseca, coordenadora de atendimento da regional Pampulha da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH); Marinês Beling da Silva, chefe de gabinete da coordenadora de atendimento da regional Pampulha; Osvaldo do Carmo Machado, responsável pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da regional Pampulha; Mário Lúcio também da SLU; “Lu Dandara”, do projeto comunitário Aura da Luta; Dona Vera, liderança comunitária e coordenadora da Igreja católica local, Dona Ângela, moradora e integrante do movimento Brigadas Populares, Vanilde moradora e mãe da cadeirante Cláudia, além de outras lideranças comunitárias e moradores da comunidade, dentre eles (Camila, Marquinhos, Zé Junior, Elenizio, Rui, Josemar, Dafne, Joaquim, Luzia, Tereza, Noilde, Kelli, Albert, Dona Fátima e Francisco) .

2. Fundamentação

A ocupação Dandara surgiu no dia 09 de abril de 2009 sendo organizada pelas Brigadas Populares e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e fica localizada nas intermediações dos bairros Nova Pampulha e Céu Azul, regional Pampulha, em Belo Horizonte. Com 13 anos de existência a comunidade possui Plano de Regulação Urbanístico (PRU) realizado através de conquista própria no Programa Orçamento Participativo 2015/2016. Conforme se extrai da plataforma BHMPS a comunidade é inscrita como Área Especial de Interesse Social -2 no Plano Diretor de Belo Horizonte (imagem abaixo).

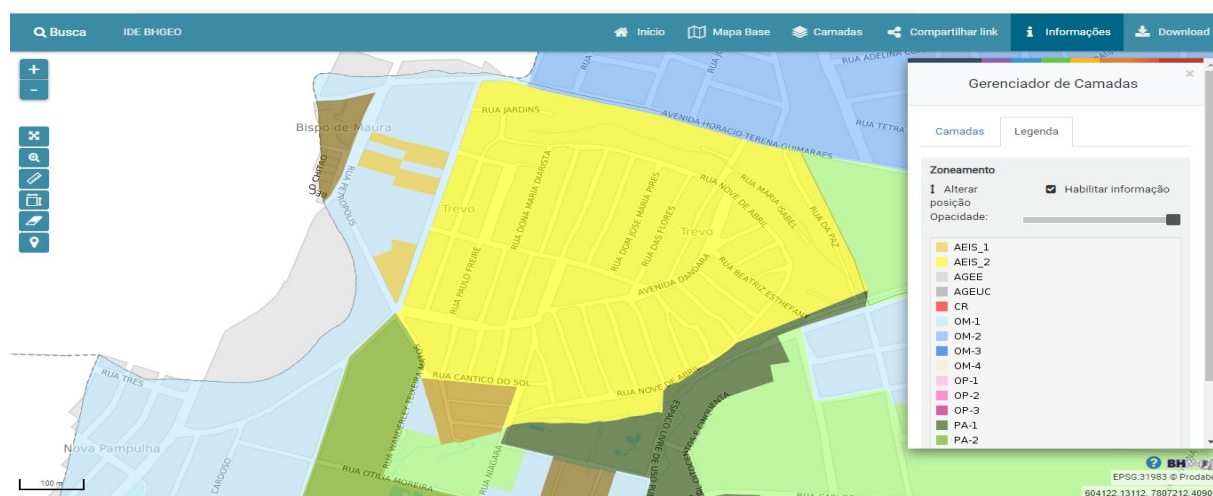


Imagem 2: mapa com o zoneamento da Comunidade Dandara.

O projeto inicial de ocupação visava construir um grande cinturão agrícola na comunidade conjugado com a efetividade do direito à moradia para cento e cinquenta famílias - uma ocupação “*rururbana*”. O projeto articulava movimentos e pautas da reforma urbana e da reforma agrária e o lema da ocupação foi definido como “*Enquanto o campo e a cidade se unir, Dandara irá resistir*”. Com a chegada de cerca de mil famílias para a ocupação em momentos de grande dificuldade, quando as pessoas viviam debaixo de lonas ante a ameaça de despejo pela Polícia Militar de Minas Gerais, o projeto teve que ser modificado para se adequar à realidade de mais famílias.

A Comunidade Dandara se construiu e se organizou inicialmente de maneira autônoma ao Estado. O desenvolvimento comunitário envolveu os moradores na construção das ruas, das casas, dos sistemas de luz e água, das áreas coletivas como centro comunitário, centro ecumênico, creche e hortas comunitárias. Fato interessante é que as ruas têm nomes de grandes lutadores como a própria Dandara, Irmã Dorothy, Zumbi dos Palmares, Chico Mendes e Martin Luther King e também de personagens comuns que também constroem a

história como Maria Diarista e Pedro Pedreiro, e ainda duas crianças Stefany e Beatriz, que perderam suas vidas na luta.

2.1 Descrição da Visita Técnica

A visita se iniciou às 10:15 no local marcado, foi realizada uma roda de apresentação dos presentes, foi falado sobre a finalidade da Visita Técnica da Comissão de Direitos Humanos e feita uma escuta dos moradores acerca das condições de acesso e mobilidade da rua. Em seguida o grupo percorreu toda a Rua das Flores chegando até a Rua 09 de Abril. Nesse trajeto, novos moradores se integraram a visita e colocaram diversos problemas advindos da ausência de asfaltamento no local tais como: não acesso de ambulância do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência (SAMU); não acesso de motoristas de aplicativos sendo que aparece para eles que o local seria área de risco; escolar não passa na rua não asfaltada; a poeira que leva pessoas a passarem mal e sejam internadas; impossibilidade de moradores circularem de carros; em época de chuva se forma muito barro dificultando ainda mais a circulação de pessoas e automóveis; dificuldade de circulação de pessoas com locomoção reduzida tais como idosos e pessoas com deficiência, dentre outros. Uma mãe relatou que quando estava grávida quase caiu na rua colocando em risco sua gestação. Uma senhora idosa relatou que certa vez quebrou o pé ao andar pela rua das Flores. Além disso, um morador se machucou com um pedaço de pau na rua, teve uma ferida que se desenvolveu e teve que amputar a perna considerando-se que tem diabetes.

Convém relatar o caso da moradora Cláudia, pessoa com deficiência, que apenas se locomove com cadeira de rodas sendo que sua mãe, Vanilda, apontou que a dificuldade para conduzir a filha é extrema na rua sem pavimentação asfáltica sendo que a cadeira de rodas já chegou a quebrar no trajeto por mais de uma vez, trazendo desgaste e onerando ainda mais a família. O esforço para conduzir a cadeira de rodas é grande levando a uma situação de ausência de dignidade para uma pessoa com deficiência.



Imagem 3: Rua das Flores na Comunidade Dandara.

A acessibilidade urbana de pessoas com deficiência está diretamente relacionada com a inclusão dessas pessoas no que toca à fruição do direito de ir e vir com segurança no espaço urbano. O conceito sobre o tema é dar qualidade à circulação em espaços urbanos e garantir melhores condições de mobilidade e liberdade às pessoas com deficiência. A cidade deve possibilitar de forma segura e autônoma, o acesso às vias urbanas de acordo com as dificuldades de cada um. De acordo com o Censo Demográfico de 2010 mais de 45,6 milhões de brasileiros declararam ter alguma deficiência, o que representa 23,9% da população brasileira (IBGE, 2010). No artigo 2º, da Lei 13.146 de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência aparece o conceito de pessoa com deficiência:

“considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Na mesma lei, no artigo 3º, inciso IX, está previsto o conceito de pessoa com mobilidade reduzida descrito na forma abaixo:

“pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporário, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo, obeso” (BRASIL, 2015).

Assim, é notável que mobilidade e acessibilidade estão relacionadas diretamente. Integrar estes conceitos é dar qualidade à circulação em espaços urbanos e garantir melhores condições de mobilidade e liberdade para a população com deficiência. Sabe-se, como visto acima, que nas comunidades populares torna-se desafiadora a locomoção segura e autônoma de pessoas com deficiência em função de ruas com buracos e sem asfaltamento. Diante desse desafio, os moradores relataram na visita técnica que chegaram a pagar por conta própria um caminhão para jogar terra na Rua das Flores e tapar os buracos, mas que logo vem uma chuva e leva toda a terra.

Representantes da Urbel informaram novamente que há o projeto de drenagem das ruas, para que as demais obras de urbanização sejam feitas, mas, mesmo constando no orçamento do município, não há previsão de execução desse projeto de drenagem, fato que acaba agravando a situação da comunidade no período das chuvas, onde há registro de grandes enchentes, e ruas bastante danificadas. Os moradores reclamaram da ausência de calendário de obras na Dandara.

No que toca à questão do lixo na comunidade a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) afirmou que a coleta ocorre na comunidade às terças, quintas e sábados nas ruas asfaltadas - Avenida Dandara, Rua dos Quilombos, Geraldo Orozimbo e Camilo Torres - e que já ocorreram três campanhas sobre acondicionamento do lixo. Os moradores presentes na visita afirmaram que nos pontos de coleta acontece sempre de restar lixo o que gera a atração de ratos, além de questionarem o motivo de não se ter coleta na porta de casa. Sugeri que fosse destacado para atuação na comunidade Dandara os Agentes Comunitários de Limpeza Urbana o que o representante da SLU informou que esses trabalhadores somente podem atuar em áreas inscritas no Plano Diretor como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Ora, Dandara é inscrita no Plano Diretor, como visto acima, como Área Especial de Interesse Social (AEIS-2) que tem as mesmas características que uma ZEIS no que toca ao caráter social da ocupação. Assim, não há justificativa para que esses agentes de limpeza possam atuar na comunidade.

Ao chegarmos no entroncamento da Rua das Flores com 09 de Abril os moradores colocaram problemas já identificados em visita técnica (**Requerimento de Comissão 70/2021**) realizada por essa vereadora no dia 25 de fevereiro de 2021. Vários moradores trouxeram em suas falas as dificuldades vivenciadas no período das chuvas, inundações das casas, perda de móveis, esgoto voltando para dentro das casas, doenças, pessoas

idosas ou com deficiência que ficam presas em suas casas ou não conseguem se locomover, grandes extensões de rua alagadas, enxurradas, danos no asfaltamento recente feito pela prefeitura.

Os restos de asfalto quebrado são levados pela enxurrada para a lagoa da Pampulha. Vários moradores relatam que a situação piorou após a PBH ter feito de forma precária o asfaltamento da rua em setembro/outubro de 2020, visto que houve a impermeabilização do solo, a água corre com maior velocidade, e antes a rua de terra ajudava em alguma medida a drenagem da água.

3. Conclusão

Diante de todo o exposto, entendemos que a Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor deve continuar acompanhando a situação de busca por acesso à direitos fundamentais de moradores da ocupação Dandara, objetivando a melhoria das condições de vida dos moradores locais.

Para isso, propomos os seguintes encaminhamentos:

1. Envio deste relatório, por via de ofício, ao senhor Claudius Vinícius Leite Pereira, Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL);
2. Envio deste relatório, por via de ofício, ao senhor Genedempsey Bicalho Cruz, Superintendente de Limpeza Urbana (SLU) para que haja interlocução sobre o destacamento de Agentes Comunitários de Limpeza para atuação na comunidade Dandara.
3. Envio deste relatório, por via de ofício, ao senhor Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo, para interlocução sobre o asfaltamento prioritário ou obras emergenciais da Rua das Flores haja vista a necessidade de priorização de locomoção de pessoas com deficiência, além da resolução da drenagem na Rua 09 de abril.
4. Envio deste relatório, por via de ofício, à senhora Neusa Maria da Silva Oliveira Fonseca, Coordenadora de Atendimento da Regional Pampulha, para acompanhamento das demandas da comunidade Dandara.

ISABELLA
GONCALVES
MIRANDA:08620
238663

Assinado de forma digital
por ISABELLA
GONCALVES
MIRANDA:08620238663
Dados: 2022.06.24
15:38:15 -03'00'

Vereadora Bella Gonçalves

Belo Horizonte, 24 de junho de 2022.



OF. SMGO/DALE Nº 453 /2022

Belo Horizonte, 27 /06 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 824/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.300/22, de 23/05/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 824/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações a respeito do Centro de Referência de Assistência Social Vila Antena - CRASVAN, situado na Rua Central, nº 78, bairro Vila Antena (Morro das Pedras).

Consultada, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC manifestou-se por meio do Ofício SMASAC/DALE-SURIM-SMGO - 289/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA GABINETE SMASAC

SMASAC/DALE-SURIN-SMGO – 289/2022

Belo Horizonte, 22 de junho de 2022

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, em atenção à TAG 351426, Ofício Dirleg n.º 2.301/2022, Requerimento de Comissão n.º 824/2022, de autoria do Vereador Nícolas Ferreira, que solicita informações a respeito do Centro de Referência de Assistência Social Vila Antena - CRASVAN, encaminhamos a manifestação da Subsecretaria de Assistência Social – SUASS, através do Ofício SUASS/SMASAC N.º 755/2022, com os esclarecimentos necessários.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,


Maira da Cunha Pinto Colares
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

Ao Senhor

Felipe Prates Rozenberg

Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE

Secretaria Municipal de Governo – SMGO

Belo Horizonte, 20 de junho de 2022.

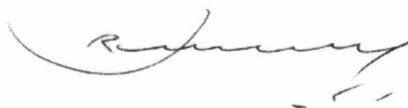
Referência: TAG Nº 351426 - Requerimento de Comissão nº 824/22

Prezada Secretária,

Ao cumprimentá-la, em nome da equipe da Subsecretaria de Assistência Social, acusamos o recebimento do ofício em epígrafe e, na oportunidade, encaminhamos anexo **Ofício s/nº**, elaborado pela equipe da Diretoria Regional de Assistência Social Oeste, para subsidiar resposta à solicitação.

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,



José Crus

Subsecretário de Assistência Social

Ilma. Senhora

Maíra da Cunha Pinto Colares

Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Avenida Afonso Pena, 342 – 6º andar – Centro / BH-MG

Ofício s/nº

Belo Horizonte, 15 de junho de 2022.

Em resposta ao Requerimento de Comissão nº 824/22 - de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, referente a informações da reforma do Centro de Referência de Assistência Social Vila Antena - situado na Rua Central, nº 78, bairro Vila Antena, esclarecemos que a execução da reforma está sendo realizada pela GERMA Oeste, tendo início em julho de 2021 e atualmente está com previsão de término para julho de 2022.

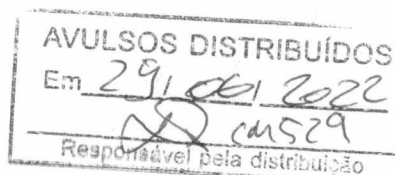
Desde o início da reforma já foram realizadas reuniões com a comunidade, dialogando a respeito da acessibilidade, demanda tão requisitada no território. Foi criada na unidade rota interna acessível para recepção, salas de atendimento, tele centro e banheiros reformados e adaptados. Ressaltamos que foi construída uma área para futura instalação de plataforma elevatória, conforme projeto.

Importante destacar que neste processo de reforma, a comunidade permanece sendo atendida pelo CRAS.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Cleile Marie Camilo
Coordenadora CRAS Antena
BM1074898





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo horizonte, 01 de julho de 2022.

Senhor Diretor,

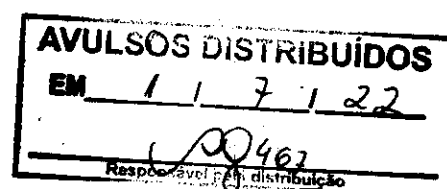
Encaminho para conhecimento de V. Sa. a Comunicação de Licença Médica concedida ao Vereador abaixo, a partir de documento recebido pela Seção Médica em 28/06/2022. O vereador solicitou a reconsideração do atestado enviado anteriormente, dessa forma, este documento substitui aquele enviado anteriormente.

CM	NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO
10214	WALTER DA ROCHA TOSTA	GV WALTER TOSTA	06/06/2022 A 17/06/2022

Atenciosamente,

Ruy Morato CM 646
Chefe da Seção Médica

Ruy Mauricio Azevedo Morato
Chefe da Seção Médica



Ilmo. Senhor
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro
Diretoria do Legislativo

sil 2589



CÂMARA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

COMUNICAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VEREADOR		
NOME <u>Walter da Rocha Testa</u>		CM <u>10214</u>
LICENÇA		
PERÍODO <u>09/06/2022 a 17/06/2022</u>	DURAÇÃO <u>9</u> (DIAS)	INSPEÇÃO <u>29/06/2022</u>
AFASTAMENTO RECENTE? (ÚLTIMOS 60 DIAS) <input type="radio"/> NÃO <input checked="" type="radio"/> SIM	AFASTAMENTO DE MESMA CAUSA OU DELA DECORRENTE? <input type="radio"/> NÃO <input checked="" type="radio"/> SIM, NOS PERÍODOS: <u>06/06/2022 a 08/06/2022</u> a <u> </u> a <u> </u>	
MÉDICO <u>Dr. Ricardo da Cruz Lage CRM 359</u> <u>Médico - CRM/MG Nº 34578</u>	 Assinatura e carimbo	
LICENÇA CONCEDIDA CONFORME RESOLUÇÃO 1480/90 E PORTARIA 11824/09		
DEFERIMENTO DO SECRETÁRIO GERAL		
 Assinatura e carimbo		